

370
P7

Ensino Primário
P. Formação de Professores



M. E. C. — I. N. E. P.

CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS EDUCACIONAIS

1966

DISTRIBUIÇÃO

Notas Pdo Prof. Leme Lopes
sobre Educação no Brasil

Centros de Instruimento e
capacitação do prof. primário
de 1º grau

C. B. P. E.

Prof. Leme Lopes

Br. 4
f. 1

MODELO

NOTAS PARA O PROF. LEME LOPESI - Centros de treinamento para capacitação do professor primário leigo.

- 1 - O Plano Nacional de Educação, aprovado em setembro de 1962, adota, no âmbito do ensino primário, as seguintes metas para serem alcançadas até 1970:

Metas quantitativas:

- Ensino primário: Matrícula, até a 4ª série, de 100% da população escolar de 7 a 11 anos de idade, e matrícula, nas 5ª e 6ª séries, de 70% da população escolar de 12 a 14 anos.

Metas qualitativas:

- Além de matricular toda a população em idade escolar primária, deverá o sistema escolar contar, até 1970, com professores primários diplomados, sendo 20% em cursos de regentes, 60% em cursos normais e 20% em cursos de nível pós-colegial.
- As duas últimas séries, pelo menos, do curso primário (5ª e 6ª séries) deverão oferecer dia completo de atividades escolares e incluir no seu programa o ensino, em oficinas adequadas, das artes industriais.

2 - Professores não capacitados

O Censo Escolar do Brasil - 1964 revela que, de 289.865 regentes de classes, 127.879, isto é, 44,2% não possuem qualificação para exercer a docência. Entre os professores não diplomados, pouco mais que a quarta parte possui estudos de nível médio, e os restantes têm apenas estudos de cursos primário, que, em muitos casos, não chegaram sequer a concluir.

Ver Quadros "Nível de formação ou de instrução dos professores em regência de classes de ensino primário" e "Professores em regência de classes primárias", às páginas 21 e 22 do trabalho: "Desenvolvimento do ensino primário e o Plano Nacional de Educação" - Carlos Pasquale - (anexo nº 1).

3 - Preparação de professores - Atuação do Governo Federal

A preparação de professores, tanto o treinamento e a capacitação de leigos, como a formação e o aperfeiçoamento de diplomados, constitui um dos mais graves e com -

plexos problemas que se apresentam para a execução do Plano Nacional de Educação.

Ver "Situação do professorado primário", às páginas 9 e seguintes do trabalho: "Treinamento, formação e aperfeiçoamento de professores primários e o Plano Nacional de Educação" - Lúcia Marques Pinheiro (anexo nº 2)

Ver também: "O problema do magistério leigo" às páginas 51 e seguintes do trabalho acima referido.

Para atender convenientemente ao acréscimo anual de matrícula, estabelece o Plano Nacional de Educação que o sistema escolar deverá contar, até 1970, com professores primários diplomados, prevendo, ainda, a criação de dois Centros de Treinamento do Magistério em cada Estado ou Território, onde fôr necessário.

Esses Centros de Treinamento destinam-se a manter, além dos cursos para formação e aperfeiçoamento de professores primários, serviços de aperfeiçoamento do magistério de emergência (professor leigo), através de supervisores, que terão entre 5 e 10 mestres leigos a preparar e treinar. A ação desses supervisores consistirá em tomar a responsabilidade das 5 ou 10 classes sob sua direção e organizar o trabalho escolar com aqueles mestres de emergência, como seus assistentes.

O Ministério da Educação e Cultura, em 1965, através do Departamento Nacional de Educação, iniciou em 44 cidades do interior extenso programa de aperfeiçoamento do magistério leigo, que atingiu 5.896 regentes de turmas. Pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos foram realizados, em 1965, cursos abrangendo 1.520 professores dos quais 534 concluíram o "Curso de Professor Supervisor" e 418 o de "Professores para o Magistério de Emergência".

Atuação dos Governos estaduais

Nos últimos anos, é evidente o esforço da administração pública no sentido da diminuição do "deficit" de matrícula nas escolas primárias, o que tem levado alguns Estados a estabelecer planos de emergência, tendo em vista o aumento do quadro de professores. Exemplificando:

No plano de reformas, o Estado do Rio Grande do Sul apresenta, desde 1955, novas bases de organização do ensino normal. Quanto ao pessoal sem qualificação, a reforma estabelece, dentre as finalidades do ensino normal "proporciona cursos de formação pedagógica a professores estaduais contratados, municipais e particulares, que não possuem certificado ou diploma conferido por

estabelecimento de ensino normal".

Em 1964, foi instituído o Centro de Treinamento de Professores Leigos em Minas Gerais, destinado a melhorar e ampliar o sistema de educação primária e de base no polígono das secas, de acordo com o convênio entre o Governo do Estado, SUDENE, MEC e USAID.

Em Santa Catarina foi também formado convênio para a realização de cursos de aperfeiçoamento de professores não titulados de escolas de zonas rurais, em 1965.

Em janeiro de 1966 foram criados pela Secretaria de Educação do Rio Grande do Norte, dois "Centros permanentes para professores leigos", destinados ao aperfeiçoamento de regentes de classe em cursos de 5 meses.

II - Métodos para enfrentar a educação de adultos

Os cursos organizados pelos serviços que se destinam à educação (e, sobretudo, à alfabetização) de adultos, no Brasil, têm, em média, a duração de dois anos, compreendendo duas horas, no mínimo, de estudos por dia, durante dois períodos de 7 meses cada. A organização desses cursos é similar à do ensino primário comum, não raro com adaptação às condições sócio-econômicas das regiões. Visa-se à transmissão de conhecimentos gerais, obedecendo-se aos currículos das escolas primárias, acrescidos da transmissão de rudimentos de Contabilidade, Corte e Costura, Desenho técnico e artístico, Rádio-técnica, etc.

Nesses cursos, de modo geral, seguem-se os mesmos métodos das escolas primárias comuns, procurando-se difundir a globalização dos conhecimentos, como técnica de ensino.

No início de 1964 o M.E.C. ensaiou o emprêgo de programas experimentais de alfabetização, empregando meios audiovisuais e utilizando palavras pertencentes ao vocabulário usual da população adulta, conhecido depois de uma pesquisa preliminar em cada região onde se aplicaria este método.

Os serviços estaduais e municipais de educação de adultos, bem como outros de iniciativa particular, na sua maioria subvencionados pelo Governo, mantêm cursos de iniciação profissional. Programas mais amplos, de caráter nacional, são mantidos pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), através de cursos de aprendizes de ofício, de adestramento, de aperfeiçoamento etc., para menores (14 a 18 anos) e adultos.

Ao lado da formação dada na escola, promove-se a instrução organizada e metódica nos estabelecimentos comerciais, industriais etc.

Funcionam, atualmente, o Movimento de Educação de Base da Conferência dos Bispos do Brasil (MEB) oficialmente pelo Decreto nº 52.267, de 17/7/1963, e a Fundação João Batista do Amaral (TV Escola).

Métodos: globalização dos conhecimentos. Recursos audio-visuais. Material empregado: receptores, gravadores para a programação, toca-discos, amplificadores e outros para caravanas e visitas a comunidade.

O MEB recebe colaboração dos seguintes órgãos administrativos federais: MEC; Ministério da Agricultura; Ministério da Saúde; Ministério da Aeronáutica e Ministério da Viação e Obras Públicas; SUDENE; Serviço Social Rural; Comissão do Vale do São Francisco e Superintendência da Valorização da Amazônia.

Outras entidades: Fundação Brasil Central, Instituição Diocesana de Ação Rural (UDAR) em São Paulo, Cruzada Estudantil de Recuperação Educacional e Cultural do Est. da Paraíba, Movimento Popular de Alfabetização do Estado do Rio, Escola Radiofônica de Minas Gerais, Companhia Vale do Rio Dôce etc.

Os programas de alfabetização são suplementados com rudimentos de história, geografia, educação sanitária, literatura brasileira. Entrará em funcionamento, em 1965, um amplo programa de bibliotecas ambulantes.

Os programas especiais radiofônicos irradiam palestras de especialistas, peças teatrais, concertos etc.

Junto aos núcleos de alfabetização organizam-se clubes de mães, clubes de leituras, círculos de comunidades, bibliotecas etc.

*

A 6 de abril do corrente ano, o Conselho Federal de Educação recebeu do Departamento Nacional de Educação o anteprojeto do Programa Intensivo de Erradicação do Analfabetismo, elaborado nos termos do Decreto nº 57.895, de 28.2.1966.

De tal relevância foi considerada a matéria que se concedeu caráter prioritário aos estudos a ela pertinentes. Submetido à apreciação do plenário, o Plano Complementar de Educação foi acolhido unânimemente em 15.4.1966.

Pela aprovação do Plano Complementar ao Plano Nacional de Educação, as parcelas não utilizadas dos Fundos de Ensino Primário e Médio, e mais os recursos orçamentários que, de futuro, forem considerados para o fim específico de intensificação do ensino fundamental a pessoas analfabetas de mais de 10 anos de idade, serão aplicados segundo os seguintes critérios:

Ensino Primário

- a) 70% para extensão da educação primária a analfabetos de 10 e mais anos de idade;
- b) 30% para extensão da educação primária orientada para o trabalho. Esses saldos serão aplicados na realização dos seguintes tipos de cursos;
 - 1 - De 10 a 14 anos: Curso Primário intensivo de três anos, enriquecido com atividades de trabalho;
 - 2 - De 15 a 20 anos: Curso Primário intensivo de dois anos, enriquecido com atividades de trabalho;
 - 3 - De 20 a 30 anos: Curso intensivo de alfabetização, com a duração de oito meses, seguido de cursos rápidos, de até seis meses de duração, para capacitação profissional em nível elementar.

Ensino médio

- a) 50% para disseminação de ginásios orientados para o trabalho;
- b) 50% para instalação e manutenção de cursos especiais destinados a exames de madureza.

Para a população a partir de 10 anos de idade, que tenha conhecimentos de nível primário, serão organizados os seguintes cursos:

- 1 - De 10 a 20 anos: - Ginásios orientados para o trabalho;
- 2 - De 15 a 30 anos: - Cursos para exame de madureza ginasial, utilizando-se sempre que possível, a televisão.

1966 À vista a escassez dos recursos disponíveis em 1966, tais cursos serão executados, inicialmente, nas capitais das unidades federadas.

Metas a serem atingidas:

- 1 - No ensino primário: Cada projeto específico perdurará até que a taxa dos que não sabem lêr e escrever se reduza a menos de 15% (quinze por cento) da população de 10 a mais anos de idade;

- 2 - No ensino médio: Cada projeto específico perdurará até que o sistema escolar ordinário possa atender o grupo etário por ele visado.

*

III - Reforma do ensino normal

A maioria dos Estados procedeu, nos últimos dois anos, à reestruturação didática do ensino normal no sentido de adaptar os planos de estudo às disposições da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Também vem sendo revisto o conteúdo mínimo programático das disciplinas curriculares, em alguns casos com a participação ativa do magistério.

Como exemplo segue o currículo do Curso Colegial de formação de professores primários do Estado de São Paulo (anexo 3)

Como foi referido no item I - 3, o Estado do Rio Grande do Sul apresenta, desde 1955, novas bases de organização do ensino normal, com o objetivo, dentre outros, de "dotar o Estado de um sistema de educação flexível, no qual se possam preparar professores aptos para solucionar problemas de educação primária, de acordo com as peculiaridades das diversas regiões do Estado". (anexo 4)

No período 1965/1966, foram registradas iniciativas quanto à formação do pessoal docente para o ensino primário, por exemplo:

Em Pernambuco foi criada a 4ª série do Curso de Formação de Professores Primários no Instituto de Educação, destinado, exclusivamente, a um estágio supervisionado, remunerado, de prática docente.

No Estado do Rio de Janeiro foi reestruturado o currículo do ensino normal de grau colegial - 3 séries.

*

IV - Ensino médio; Ampliação, diversificação

Ver o trabalho: "Perspectiva para a escola média no desenvolvimento brasileiro" - Jayme Abreu, in Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (Anexo nº 5)

Ver também: "Aspectos da expansão quantitativa do ensino no Brasil" - Jayme Abreu, in Boletim Informativo do CBPE março, 1966 (Anexo nº 6)

A distribuição de alunos e professores, e a percentagem de aumento de alunos do ano de 1964 para 1965, nos vários ramos de ensino médio, é apresentada no quadro abaixo:

CURSOS	ALUNOS				PROFESSORES
	1964	1965	Diferença	%	1964
Primário...	9.351.996	9.877.811	525.815	5,6	289.865*
Secundário.	1.368.177	1.553.699	185.522	13,5	81.230
Comercial..	270.036	288.351	18.315	6,7	20.935
Normal	175.397	220.242	44.845	25,5	20.782
Industrial.	68.819	79.230	10.411	15,1	7.771
Agrícola...	10.295	12.878	2.583	25	1.566
Superior...	142.386	158.316	15.930	11,1	30.872

*) Censo Escolar do Brasil - 1964

Fonte: Serviço de Estatística da Educação e Cultura

Para outros dados, consultar "Sinopse estatística do ensino médio 1963/1964 - Serviço de Estatística da Educação e Cultura".

*

V - Estreitamento da pirâmide educacional

		<u>Dados de 1963</u>		
<u>Séries</u>		<u>Matrícula geral</u>		<u>Total</u>
<u>Ensino primário</u>	1ª	4.700.930		
	2ª	1.948.166		
	3ª	1.346.053		
	4ª	914.723		9.291.513
	5ª	332.425		
	6ª	49.216		
<u>Ensino médio</u>	<u>1º ciclo</u> - 1ª...	510.852		
	2ª...	346.056		1.322.993
	3ª...	263.068		
	4ª...	203.017		
	<u>2º ciclo</u> 1ª...	182.807		
	2ª...	120.163		396.596
	3ª...	93.626		
				1.719.589
<u>Ensino superior</u>				124.214
(cursos de graduação)				
<u>Conclusões de curso</u>				18.926

Brasil - Ensino superior (cursos de graduação)Dados de 1963Matrícula geral, segundo as séries

1ª	39.490
2ª	28.189
3ª	22.981
4ª	18.685
5ª	7.958
6ª	1.697
Cursos parcelados	5.214

Total 124.214

Fonte: Serviço de Estatística da Educação e Cultura

Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, julho de 1966